



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Carne Bovina				
Título:	Reunião Ordinária N. 45				
Local:	Sala de Reuniões do 2º Andar, nº 250 - Ed. Sede do MAPA - Brasília/DF				
Data da reunião:	04/10/2016	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:00

Pauta da Reunião

14:00 - Abertura da 45ª Reunião Ordinária, Aprovação da Ata da reunião anterior e Relato da reunião realizada pelo Ministro Blairo Maggi com os Presidente das Câmaras – Presidente da Câmara

14:15 - Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara

- Calendário de reunião de 2016 – confirmação

- Solicitação de inclusão de novas entidades na Câmara Setorial (Instituto Mato-Grossense da Carne – IMAC e Associação dos Criadores de Nelore do Brasil - ACNB).

- Informativo ASPAR

14:30 - Atualização sobre a incidência de febre aftosa e sua evolução na América do Sul e no Brasil – CNPC

15:00 - Logística reversa para produtos veterinários para evitar reprovações no aspecto da sustentabilidade na pecuária do Brasil – CNPC

15:15 – Proposta visando a elaboração de um protocolo, propondo definição e padronização de parâmetros de qualidade de cortes de carne bovina “in natura”, estabelecidos com base em critérios científicos reconhecidos, mensuráveis e auditáveis – ABIEC, Carlos Franco

15:30 – Convite à parceria para iniciar um programa nacional de manejo de pasto – Consultor Especial da Câmara Setorial, Kepler Filho

15:35 – Apresentação da análise da SMC, à proposta encaminhada pela Câmara Setorial sobre Transporte Rodoviário de Cargas Vivas – CTBEA/MAPA

16:10 - Submeter à apreciação dos membros, a transformação do trabalho do GT nomeado pela Câmara sobre "Boas Práticas no Transporte Rodoviário de Bovinos" em Protocolo Privado – ABEG

16:20 - Propor aos membros que se requeira ao Senhor Ministro da Agricultura que transfira a CTBEA da SDC para a SDA, uma vez que não faz qualquer sentido o assunto Bem-Estar Animal ficar alocado na área que trata de cooperativismo e fomento – ABEG

16:30h – Assuntos Gerais

16:45h – Encerramento

Lista de Participantes



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	LUIZ CLAUDIO DE SOUZA PARANHOS FERREIRA	ABCZ	PR	
2	FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA FACUNDO		PR	
3	KEPLER EUCLIDES FILHO		PR	
4	DANIELA FIRMINO SANTANA AMARAL	ACST/MAPA	PR	
5	GIL MARCOS DE OLIVEIRA REIS	ABEG	PR	
6	MARCIA MARIA COSTA DO PRADO	ABIA	PR	
7	CARLOS ROGERIO FRANCO FIGUEIREDO	ABIEC	PR	
8	PAULO SÉRGIO MUSTEFAGA	ABRAFRIGO	PR	
9	ALEXANDRE SEABRA RESENDE	ABRAS	PR	
10	EDUARDO ALVES DE MOURA	ASSOCON	PR	
11	BRUNO DE JESUS ANDRADE	ASSOCON	PR	
12	RAFAEL LINHARES FERNANDES	CNA	PR	
13	SEBASTIAO COSTA GUEDES	CNPC	PR	
14	WANDER FERNANDES DE SOUSA	CONAB	PR	
15	MAURICIO NEGREIROS VELLOSO	FAEG	PR	
16	GUILHERME MOSSA DE SOUZA DIAS	FAEP	PR	
17	PAULO APARECIDO CRAPINA	GS1 Brasil	PR	
18	VITOR LUDVIG BUMBIERIS	MF	PR	
19	EMILIO CARLOS SALANI	SINDAN	PR	
20	PAULO HENRIQUE PEDROZA E SILVA	SINDAN	PR	
21	CARLOS ALBERTO PEREIRA DE ALBUQUERQUE	SINDIRAÇÕES	PR	
22	ANNA CAROLINA FERNANDES FERREIRA ALVES	SPA/MAPA	PR	
23	OTÁVIO CANESIN	ABRAMILHO	PR	
24	ARGILEU MARTINS DA SILVA	ASBRAER	PR	
25	ADOLPHO VAZ DE LIMA FILHO	CEF	PR	
26	MÁRIO AUGUSTO RIBAS DO NASCIMENTO	CNM	PR	
27	MAURICIO A LEITE	ABIA	CO	
28	THAMIRES QUINHAES	ABIEC	CO	
29	OTAVIO CARNEIRO	ABRAMILHO	CO	
30	ANDRE LOCATELI	ACNB	CO	
31	RICARDO DE MAGALHAES LUZ	ASBRAER	CO	
32	FERNANDO SALTÃO	ASSOCON	CO	
33	MATHEUS ANDRADE	BMJ	CO	
34	CAMILA S. DE QUEIROZ	CNA	CO	
35	LIZIE BUSS	DEPROS/SPRC/MAPA	CO	
36	ANDREA PARRILLA	DIPOA	CO	
37	CHRISTIANE DE P ROSSE	FAEG	CO	
38	INGRID EDEN	FNPDA	CO	
39	EDWAL CASONI	SINDAN	CO	
40	CHARLI LUDKE	SMC/MAPA	CO	

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Ocorreu a leitura da ata:	Sim
---------------------------	-----

Desenvolvimento

Abertura da 45ª Reunião Ordinária, Aprovação da Ata da reunião anterior e Relato da reunião realizada pelo Ministro Blairo Maggi com os Presidente das Câmaras – Presidente da Câmara: a quadragésima quinta Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Carne Bovina foi aberta às quatorze horas, do dia quatro de outubro de 2016, na sala de reuniões do segundo andar do Edifício Sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, pelo Presidente da Câmara, o Senhor Luiz Claudio de Souza Paranhos Ferreira o qual agradeceu a presença de todos. Fez a atualização dos membros da Câmara disse que existem 23 membros incluídos neste Fórum Consultivo e colocou em votação a solicitação de participação das seguintes entidades: Associação dos Criadores de Nelore do Brasil – ACNB e o Instituto Mato-grossense da Carne – IMAC, as quais foram aprovadas pelo plenário, na condição de Membro Efetivo. **Encaminhamento:** comunicar às entidades solicitantes a aprovação de seus pleitos e solicitar que formalizem a indicação de seus representantes que comporão o colegiado. **Responsável:** Secretário da Câmara Setorial. Sobre a reunião realizada pelo Ministro Blairo Maggi com os Presidente das Câmaras, Luiz Claudio de Souza Paranhos Ferreira informou ao plenário que o Ministro criou uma nova dinâmica de reuniões com os setores produtivos recebendo-os em duas etapas. Informou a todos que foi passado ao Ministro as demandas do setor produtivo da carne bovina, sendo explicado pelo Ministro que fornecerá ao setor condições de crescimento, que estiver ao seu alcance, acrescentou a abertura de mercado, a qual foi estabelecida e por fim informou que o Ministro perguntou sobre as tecnologias para a conquista de mercados sendo esclarecido pelo Presidente da Câmara que o investimento é importante e que há estudos sobre o tema.

Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara: o Presidente passou a palavra ao Secretário da Câmara, o Senhor Francisco Facundo o qual submeteu à aprovação do plenário, a Ata da 44ª Reunião Ordinária, encaminhada previamente, por meio eletrônico, foi aprovada pelos membros com as contribuições na redação do Senhor Gil Reis – ABEG, Sebastião Guedes – CNPC, e seguiu para assinatura dos membros. Ato contínuo, o Secretário discorreu sobre os itens a seguir: **Calendário de reuniões 2016:** confirmada a 46ª RO para 06/12, em Brasília/DF. **Solicitação de inclusão de novas entidades na Câmara Setorial (Instituto Mato-Grossense da Carne – IMAC e Associação dos Criadores de Nelore do Brasil - ACNB):** já apresentado o tema pelo Presidente da Câmara na abertura dessa reunião. **Informativo ASPAR:** foi informado pelo Secretário da Câmara, aos membros que o mesmo ficará disponível no site da câmara, no endereço eletrônico <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>.

Atualização sobre a incidência de febre aftosa e sua evolução na América do Sul e no Brasil – CNPC: o representante do CNPC, o Senhor Sebastiao Guedes apresentou as atualizações sobre a situação da aftosa nas Américas. Enfatizou que os frascos da vacina devem ser recolhidos e também há necessidade de uma logística reversa para realização dessa questão de sustentabilidade como já ocorre com a área vegetal. Enfatizou que o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias deve ser convidado para realizar palestra instrutiva nesse Fórum Consultivo. Disse que os E.U.A está livre da enfermidade desde 1929, o Canadá está livre desde 1952 e o México está livre da aftosa desde 1954, já a América Central nunca teve a doença. Na América do Sul o palestrante informou que na Argentina, a Patagônia e Patagônia Norte estão livres da doença sem vacinação, já o restante do país está livre com vacinação sendo o último foco registrado em 2006. Na Bolívia, o Altiplano está livre sem vacinação e a “Meia Lua” livre com vacinação sendo o último foco registrado em março de 2007. No Brasil, Sebastião esclarece que o estado de Santa Catarina está livre da doença sem vacinação desde o ano 2000, o restante



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

do Brasil está livre com vacinação. Enfatizou que os estados do Amazonas, Roraima e Amapá fazem levantamento sorológico e os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul tiveram o último foco registrado em 2006. O Chile é um país livre sem vacinação desde 1987. Na Colômbia, Chocó é uma área livre sem vacinação e o restante do país é livre com vacinação, o último foco foi registrado em 2009. No Equador, Galápagos é livre sem vacinação e Equador continental livre com vacinação, com último foco registrado em 2011. As Guianas Francesa e Inglesa estão livres sem vacinação desde a década de 1980. O Paraguai está livre com vacinação, sendo o último foco registrado em 2012. No Peru 98,4% do rebanho é livre sem vacinação, apresentando excelente desempenho, sendo o último foco registrado em 2004. No Suriname, com rebanho em torno de 80 mil cabeças, está aparentemente livre da doença sendo apresentados dados pela PANAFTOSA. O Uruguai é livre com vacinação tendo o último foco registrado em 2001. Por fim, Sebastião apresenta dados da Venezuela que está livre com vacinação, tendo os últimos dos focos registrado em 2013 pela PANAFTOSA. Sobre as oportunidades, o palestrante informa que a PANAFTOSA sugere que após 4 anos sem focos pode ser retirada a vacinação. No Brasil, as sugestões de retirada da vacinação são para os seguintes estados, a partir de 2017: ES, RJ, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA. Para o ano de 2018 em: DF, GO, MG, PA e TO. E para o ano de 2019 em: AP, RR, AM, AC, RO, MT, MS, SP, PR e RS. As sugestões por faixas etárias são para bezerros que farão vacinação aos 60 e 90, após os 6 meses de vida esse período, a vacinação será realizada de 6 em 6 meses até 630 dias em um total de 5 doses. Já animais para abate farão vacinação após 2 anos de idade, também com um total de 5 doses. As vacas leiteiras, de cria e de exposição, touros e animais de custeio poderão vacinar uma vez por ano após os 2 anos de idade. Relacionado aos desafios, Sebastião esclarece que a PANAFTOSA cita que perdas médias de 2kg de peso morto igual a 4 kg peso vivo por carcaça é desperdiçado devido as reações locais da vacina acarretando perda em torno de R\$20,00/cabeça. Há também abortos na inseminação artificial em tempo Fixo. O palestrando encerrou suas atualizações informando a todos que deverão ser tomadas decisões necessárias sobre o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa – PNEFA que consistem em: Criação de um Fundo Fiduciário; Manipulação de vírus extracontinentais; Banco de Antígenos; Banco de reservas de vacinas Nacional ou Intercontinental e Evolução discutida e planejada do PNEFA. O Presidente enfatizou que os desafios devem ser encarados em primeiro lugar. Carlos Rogério Franco, representante da ABIEC informou que a Embrapa de Campo Grande está realizando testes com envolvimento do SINDAN para questões relacionadas as reações das vacinas. Ressalta que o ABIEC faz treinamento nas fazendas para aumento da qualidade nas aplicações das vacinas. Paulo Mustefaga, representante da ABRAFRIGO enfatizou que a presença do DSA/MAPA nas discussões desse Fórum Consultivo é importante. Poderiam também apresentar explicações dos trabalhos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O Presidente sugeriu que a Embrapa, com o envolvimento da Câmara Setorial, poderá construir um documento com as exigências de controle. **Encaminhamento 1:** encaminhar documento à EMBRAPA solicitando a realização de pesquisa sobre as reações dos diversos tipos de vacina de Febre Aftosa. **Responsável pela elaboração:** Sebastião Guedes do CNPC. **Responsável pelo encaminhamento:** Secretaria e Presidência do colegiado. **Encaminhamento 2:** pautar para a próxima reunião uma apresentação sobre a Revisão do PNEFA, convidando o DSA para apresentar o tema. **Responsável:** Secretário da Câmara Setorial.

Logística reversa para produtos veterinários para evitar reprovações no aspecto da sustentabilidade na pecuária do Brasil – CNPC: relacionada à Logística Reversa, Sebastião Guedes apresentou ainda uma palestra relacionada à sustentabilidade da Logística Reversa. Sebastião informou que a sustentabilidade se baseia em três pilares: Social, Econômico e Ambiental. Na área veterinária enfatiza que devesse prever o recolhimento de embalagens vazias de insumos, veterinários como frascos



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

plásticos, frascos de vidro, folha de flandres, entre outros, esclarece que atualmente embalagens de polietileno de vacinas contra aftosa somam mais de 8 milhões de frascos/ano que ficam no ambiente rural sendo a logística reversa fundamental e será exigida em breve do Brasil como já está sendo realizado em âmbitos internacionais. Disse que o destino para as embalagens desses produtos após o uso é essencial para garantir a Saúde Única – de pessoas, animais e meio ambiente. Enfatiza ainda que a responsabilidade compartilhada na gestão dos resíduos sólidos pela Lei nº 12305/2010 deve ser realizada em todo território nacional, sendo o INPEV responsável pela Logística Reversa de defensivos agrícolas com amplo conhecimento sobre o assunto. Como sugestão para o tema o CNPC sugere que o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - INPEV seja convidado para realizar palestra de Logística Reversa nesta Câmara, esclarecendo que o INPEV recolhe 94% das embalagens vazias de defensivos, sendo o Brasil recordista mundial deste item para sustentabilidade. Sugere também que o convite seja estendido ao Ministério do Meio Ambiente com a finalidade de ampliar os debates. Em concordância com as explicações do CNPC, o Diretor Jurídico do SINDAN Edwal Casoni, informou que a entidade, preocupada com o tema, está desenvolvendo estudos para implantação de um plano de logística reversa. Afirmou que pela lei, todos os participantes do ciclo de vida do produto têm responsabilidade em realizar a devida destinação pós consumo. Informou que parte das embalagens do setor, o correspondente a 90%, serão co-processadas ou recuperadas e recicladas e apenas 2% incineradas. Enfatizou que o SINDAN está verificando quais empresas que irão realizar a Logística Reversa do setor. Realizou breve apresentação de um dos possíveis fornecedores, a empresa AGV Logística, a qual desenvolve um Projeto chamado Pegada Verde, esclareceu que a empresa já realizou 85% da logística de transporte do setor. Finalizou sua apresentação esclarecendo que as empresas participantes farão levantamento de dados e os estados que participarão do projeto piloto, serão, provavelmente SP, PR, SC e RS. O Presidente salientou que este assunto poderá ser melhor estudado em um Grupo de Trabalho - GT. Disse que Sebastiao Guedes poderá coordenar esse grupo. Fernando Saltão, representante da ASSOCON, sugeriu que seja feito convite ao INPEV para apresentar explicações e dados à Câmara, tendo o Presidente ponderado que antes de fazer o convite ao INPEV será formado o GT, o qual poderá fazer o convite oportunamente. **Decisão:** foi constituído um GT para fazer um estudo e propor ações relativas à questão da Logística reversa para produtos veterinários, envolvendo o recolhimento e destinação das embalagens vazias. O GT ficou composto pelas seguintes entidades e respectivos representantes: CNPC, Sebastião Guedes (coordenador); ASSOCON, Bruno de Jesus e SINDAN, Edwal Casoni e outros a serem indicados posteriormente.

Proposta visando a elaboração de um protocolo, propondo definição e padronização de parâmetros de qualidade de cortes de carne bovina “in natura”, estabelecidos com base em critérios científicos reconhecidos, mensuráveis e auditáveis – ABIEC, Carlos Franco: o representante da ABIEC, disse que o produtor está mais conhecedor da qualidade da carne. Enfatiza que a ABIEC apoia a atualização de parâmetros de corte e de qualidade da carne bovina. Disse que foi realizado, pelo DIPOA/MAPA, um levantamento de rótulos no qual foi constatado que o consumidor não tem conhecimento detalhado dessas informações. Esclareceu que não há parâmetros para distinguir cortes premium de gourmet, por exemplo. Informou que o Senhor José Luis, diretor do DIPOA encaminhou o memorando nº 22/2016/CGI/DIPOA/SDA para a Assessoria das Câmaras, o qual propõe que seja elaborado e apresentado para análise do MAPA, pelo Setor Produtivo, por meio da Câmara Setorial da Carne Bovina, num prazo de 180 (cento e oitenta) dias, na forma de um protocolo, proposta de definição e padronização, acordada entre o setor, de parâmetros de qualidade de cortes de carne bovina “in natura”, estabelecidos com base em critérios científicos reconhecidos, mensuráveis e auditáveis. Disse, também, que a ABIEC participou dos debates junto ao DIPOA, e que na oportunidade a entidade apresentou



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

proposta para que o prazo de 180 dias indicado pelo DIPOA, seja estendido para 1 ano. Rafael Linhares, representante da CNA, acrescentou que a ideia é que a contagem o prazo indicado no referido memorando tenha início após a mudança da IN 09, que caracteriza o setor privado como gestor do Sistema Nacional de Classificação de Carcaça. Então após a celebração do setor privado como gestor, haveria o início da contagem do prazo para adaptações do setor. Rafael esclarece que a CNA já está trabalhando nos padrões, e a ideia é que seja realizada apresentação na Câmara, informando, ainda, que a IN trará a delegação dos atributos de qualidade para o setor privado e da classificação de carcaças e posteriormente, estabelecer o a qualidade da carne. Finaliza suas explicações esclarecendo que esta ação poderá disciplinar e trazer possibilidades de crescimento para o mercado brasileiro, acrescentando que já existe um GT, no âmbito da CNA, que trata deste assunto, o qual conta com as seguintes entidades: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Associação dos Criadores de Nelore do Brasil (ACNB); Associação Brasileira de Angus, Associação Nacional dos Confinadores (ASSOCON), Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), Associação Brasileira de Frigoríficos (ABRAFRIGO), Universidade de Campinas (UNICAMP) e Universidade de São Paulo (USP/Pirassununga). **Decisão:** Facundo sugeriu e foi aceito, que esse GT poderá trabalhar seus estudos junto a Câmara, sob a coordenação do Senhor Rafael Linhares, representante da CNA. **Encaminhamento:** encaminhar ofício da Câmara Setorial ao DIPOA, informando a decisão do colegiado, de aceitação da proposta constante do memorando nº 22/2016 daquele Departamento e solicitando a dilatação do prazo, dos 180 dias proposto no MEMO para 1 ano, passando a contar após a revisão da IN 09 de 04 de maio de 2004, aprova o Sistema Brasileiro de Classificação de Carcaças de Bovinos, em todo o território nacional, e a classificação dos bovinos abatidos nos estabelecimentos sob o controle do Serviço de Inspeção Federal (SIF). Também informar sobre a criação de um GT, no âmbito da câmara, responsável por cuidar deste assunto. **Responsável pela elaboração:** Carlos Franco da ABIEC. **Responsável do encaminhamento:** Secretaria e Presidência do colegiado.

Convite à parceria para iniciar um programa nacional de manejo de pasto – Consultor Especial da Câmara Setorial, Kepler Filho: o representante da Embrapa, o Senhor Kepler Euclides Filho informou a todos que o objetivo dessa parceria é retomar uma provocação realizada anteriormente na Câmara para a realização de um trabalho efetivo diante do tema. Iniciou sua apresentação esclarecendo que a pecuária brasileira convive com alguns problemas sendo estes: Gestão do negócio, disse que há desconhecimento de custo; Qualidade de mão de obra e Manejo de pastejo o qual é realizado sem conhecimento adequado levando à pasto degradado, baixa produtividade e baixa sustentabilidade. Esclareceu que as questões de base devem ser estudadas para melhoria da tomada de decisões por parte do produtor. Enfatiza que a implantação e o estabelecimento da pastagem, caso não seja realizada adequadamente, poderá ocasionar decréscimo da produção da forrageira, queda da produção animal, degradação do solo inviabilizando o sistema de produção. O palestrante enfatizou que as finalidades dos ajustes da lotação em pastagens poderão adequar o número de animais em relação a quantidade de forragem disponível, o desempenho animal ao potencial de qualidade do pasto e as taxas de crescimento das forrageiras em função das condições ambientais proporcionando uma pastagem produtiva. Informa ainda que não existe capim milagroso, enfatiza que a solução não está na simples troca da forrageira, e sim, no manejo adequado. Disse ainda que o efeito poupa terra promove aumento da produtividade e melhor desempenho animal com maior sequestro de carbono e menor emissão de gases de efeito estufa. Relacionadas as iniciativas anteriores relacionadas com pastagens Kepler enfatiza que as iniciativas tiveram ênfase na formação e recuperação da pastagem e pouca atenção à manutenção e ao manejo de pastejo. Finalizou sua apresentação sugerindo que seja realizada a incorporação dos manejos de pasto e de pastejo ao programa ABC, a colaboração ativa do Senar na qualificação/capacitação de pessoal – multiplicadores/indutores e a



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

promoção de eventos com produtores para debater o tema (Cnpc, SRB, Abcz, CNA e Federações de Agricultura, Sindicatos). Esclareceu que caso esse Fórum Consultivo conclua sobre a importância do tema apresente uma solicitação à Embrapa, para que essa coordene juntos aos membros da Câmara um Grupo de trabalho para montagem de proposta em benefício da pecuária brasileira. O Presidente disse que concorda com o palestrante, salienta que pasto é o principal gargalo da pecuária e colocou em apreciação, dos membros, a proposta do palestrante, sobre o encaminhamento de **solicitação à EMBRAPA, a qual foi aprovada** pelo plenário. **Encaminhamento:** encaminhar documento à EMBRAPA, solicitando colaboração para coordenar um Grupo Temático da Câmara Setorial, a ser constituído por segmentos componentes da câmara setorial, com o objetivo de desenhar e implementar uma estratégia de atuação conjunta visando a implementação de um programa nacional com foco na incorporação dos conhecimentos e tecnologias já desenvolvidos para a bovinocultura de corte. **Responsável pela elaboração:** Consultor da Câmara, Kepler Filho. **Responsável pelo encaminhamento:** Secretaria e Presidência do colegiado.

Apresentação da análise da SMC, à proposta encaminhada pela Câmara Setorial sobre Transporte Rodoviário de Cargas Vivas – CTBEA/MAPA: Lizie Buss, representante da SMC/MAPA agradeceu pela oportunidade de apresentar o assunto aos membros desse Fórum Consultivo e passou a palavra ao Senhor Mateus Paranhos. O Palestrante iniciou seu relato informando a todos que trabalha com bem-estar animal desde 1979. Disse que o tema foi difundido no Brasil nos anos 2000, principalmente na pecuária de corte devido as exportações e as exigências estabelecidas pelos países compradores. Informou que a cadeia produtiva da bovinocultura no Brasil é uma das mais avançadas em relação ao bem-estar animal. Informou que a apresentação tem o objetivo de integrar o bem-estar animal no contexto da produção sustentável. Disse que o tema será focado em carne bovina, aves e suínos, pois o problema não é restrito a bovinos de corte. A primeira questão está relacionada as críticas enfrentadas pela produção animal que são: uso da terra e de outros recursos, competição pelo uso do espaço, degradação ambiental, intensificação da criação, seleção genética para alta produção, dietas com alto conteúdo de concentrado, uso abusivo de antibióticos, procedimentos dolorosos (marca a fogo, castração, mochação, corte do bico, etc.) e transporte e abate. Muitas vezes a reação é de contra-ataque, no entanto é necessária uma reflexão profunda sobre a crítica para chegar a boas respostas. Informa que há movimentos de proteção animal e ambiental que promovem preções políticas e jurídicas. Disse que a complexidade foi reconhecida pela OIE e faz parte dos três elementos fundamentais da sustentabilidade que são: ambiente natural, vitalidade econômica e comunidades saudáveis. O palestrante esclarece que para desenvolvimento desse parâmetro ele usa um modelo desenvolvido na Nova Zelândia, por Mellor and Reid, 1994, o qual estabelece o modelo dos cinco domínios sendo estes: nutrição, ambiente, saúde, comportamento e estados mentais sendo todos unidos para definir o status de bem-estar animal. Apresentou alguns exemplos de interações inadequadas entre humanos e bovinos como reações vacinais e abscessos, salientou ainda problemas de bem-estar dos animais de produção e custos relacionados como: morte de animais, perdas de produtividade, perda de qualidade dos produtos, aumento no risco de acidentes de trabalho, redução na eficiência do trabalho, aumento do risco de perda de mercados e prejuízo à imagem das cadeias produtivas da pecuária. Já falhas de manejo durante os procedimentos de embarque, transporte e desembarque de suínos podem ocasionar desafios ambientais como falhas de manejo, instalações ruins e transporte de longa distância. No domínio saúde, verifica-se ferimentos, lesões de pele, hematomas, ossos quebrados, e comprometimento funcional causando carne PSE, carne DFD. Para o domínio estado mental verifica-se medo, debilidade, dor que levam ao sofrimento do animal, desperdício de alimentos, perdas econômicas, estabelecendo o processo errôneo como correto ou corriqueiro. Nas aves o problema não é diferente. O palestrante analisa a falta de sustentabilidade dos domínios sendo proporcional a



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

ingerência do bem-estar animal relacionado diretamente com a perda econômica direta sendo um desafio econômico e ambiental. Apresentou ainda fotos de problemas de manejo como falta de espaço no cocho usados para suplementação, aumentando a competição social. Enfatiza a presença de botulismo em água contaminada próximos ao cocho e verifica também problemas de bem-estar em confinamentos com alta densidade de animais. Finalizou sua apresentação com dados relacionados a distribuição do ganho de peso por dia para cada tratamento realizado de acordo com os princípios de bem-estar animal e de sustentabilidade, os quais proporcionam uma comunidade bovina saudável em ambiente de confinamentos maiores ou com menos animais, proporcionando maior vitalidade econômica, levando a capacitação dos profissionais e acarretando ambiente natural saudável aos animais e aos humanos. Após sua apresentação agradeceu a oportunidade e enfatizou que espera que a Câmara da Carne Bovina tenha uma visão progressista ao tema apresentado. Relacionado ao transporte de animais vivos, Gil Reis, representante da ABEG informou que o setor privado quer ir mais longe que o setor público independente de normativas. Informou que foi desenvolvido um Grupo de Trabalho, com representantes da Câmara, onde foi definida uma contraproposta baseado na realidade do setor, sendo esta apresentada para ser convertida em protocolo privado, esclareceu ainda que a proposta de protocolo privado é próxima a que foi estabelecida anteriormente pela representante da SMC/MAPA, Lizie Buss. Mateus Paranhos disse que uma proposta de normativa alcançada pelos órgãos públicos, MAPA, DENATRAN, não inviabiliza as ações do setor privado. Esclarece que o governo também tem compromisso com a questão da produção animal no Brasil. Sendo o governo brasileiro signatário de acordos da Organização Mundial de Saúde Animal, pois o Brasil deve prestar informações sobre o que está sendo realizado em seu território apresentando seu posicionamento político no sentido do que está sendo realizado. Não pode ser apresentado como ações públicas as ações privadas, por esse motivo os protocolos privados somam e não substituem, as iniciativas privadas somam e não substituem as iniciativas públicas proporcionando melhor ordenamento. Finalizou sua opinião parabenizando a ação de estabelecer um protocolo privado pelo setor privado e também espera que o estudo relacionado ao CTBEA evolua. Após os comentários Lizie Buss leu em plenário a análise à proposta encaminhada pela Câmara de Carne Bovina, sobre Transporte Rodoviário de Cargas Vivas – CTBEA/MAPA e explicou quais foram aceitas e quais não foram aceitas pela SMC/MAPA e quais motivos da negação e finalizou suas explicações esclarecendo que o texto ficará disponível aos membros da Câmara. As planilhas serão inclusas no processo junto ao encaminhamento da Nota Técnica. Relacionado a negativa de algumas sugestões da Câmara, o Presidente informou que serão verificados os argumentos utilizados e posteriormente estudadas quais ações deverão ser estabelecidas por esse Fórum, pois nota-se que há um conflito de posições entre o setor privado, o setor público e acadêmico. Lizie informou que a demanda será encaminhada formalmente e a sugestão é que a mesma seja enviada à Câmara, formalmente, para conhecimento e verificação dos estudos para tomadas de decisões. O Presidente finalizou o debate esclarecendo que o tema é delicado e a sugestão aprovada pelo plenário é que o grupo receba o diagnóstico realizado pela SMC/MAPA e apresente considerações na próxima reunião. **Decisão:** esperar a resposta formal da SMC e repassá-la ao GT para reavaliação e pautar o assunto na próxima reunião, se for o caso. **Responsável:** Secretária da Câmara.

Submeter à apreciação dos membros, a transformação do trabalho do GT nomeado pela Câmara sobre "Boas Práticas no Transporte Rodoviário de Bovinos" em Protocolo Privado – ABEG: o Presidente submeteu a apreciação e aprovação do plenário a transformação do trabalho do GT nomeado pela Câmara sobre "Boas Práticas no Transporte Rodoviário de Bovinos" em Protocolo Privado, o qual foi estabelecido que será avaliado posteriormente, após estudos realizados, pelo Grupo de Trabalho, sobre a resposta da SMC/MAPA relacionada ao transporte rodoviário de cargas vivas, tratado no item anterior.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Propor aos membros que se requeira ao Senhor Ministro da Agricultura que transfira a CTBEA da SMC para a SDA, uma vez que não faz qualquer sentido o assunto Bem-Estar Animal ficar alocado na área que trata de cooperativismo e fomento – ABEG: Gil Reis disse que bem-estar animal está alocado na SMC/MAPA e deve ser alocada na SDA/MAPA esclarece que não propõem a substituição do grupo apenas realocação de competências. **Decisão:** o Presidente, após debate, aprovou em plenário que seja realizada consulta ao Ministro se é possível ser realizada essa transferência de acordo com as normativas do MAPA. Charli salientou que a área de bem-estar animal deve ser fomentada pela SMC/MAPA. Já a parte de defesa deverá ser trabalhada no âmbito da Secretaria de Defesa – SDA. **Encaminhamento:** encaminhar consulta, ao MAPA, sobre a possibilidade de transferência da CTBEA da SMC para a SDA.

Encerramento: Sem mais assuntos a serem tratados, o Presidente da reunião agradeceu a participação de todos, encerrando os trabalhos, às 16h45minutos, e eu, Daniela Santana, lavrei a presente ata, revisada pelo Secretário.

Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

Dados da próxima reunião

Local:			
Data da reunião:		Hora de início:	
Pauta da Reunião			

Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------